



ATA 003/2026

Reunião ordinária dia 10/03/2026

Conselheiros Presentes: Rafael Getelina – HandLages, Rodrigo R. de Jesus – FME, Lucas Valiatti da Silva – Secretaria Municipal de Saúde, Eder Magno dos Santos – Secretaria Municipal de Educação, **Luis Augusto dos Anjos – ASESPP**, Lessandro Machry – Lages Futsal, Tyrone Machado – FME.

Ouvintes: **Felipe Diego Freitas – FME.**

Justificativas: Roseneli P. dos Santos (Rosinha) – APAFUTER.

Pauta: Aprovação da Comissão Disciplinar do JOCOL e JEL, CRED e Regimento Interno.

Desenvolvimento dos Trabalhos: Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, com início às oito horas, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal do Desporto de Lages. O presidente, Rafael, agradece a presença de todos e passa a palavra à secretária executiva, Katia, que submete à aprovação dos conselheiros o adiamento da discussão sobre o CRED e o Regimento Interno para a próxima plenária, a pedido de alguns conselheiros, em razão dos compromissos do dia, ficando como pauta prioritária a aprovação da Comissão Disciplinar do JOCOL e JEL. A pauta única é aprovada pelos conselheiros presentes. O presidente sugere que a discussão dessas duas demandas urgentes seja realizada em uma plenária extraordinária, na última terça-feira do mês de março, para tratar especificamente do CRED e do Regimento Interno. Na sequência, Felipe apresenta a Comissão Disciplinar do JOCOL e JEL, esclarecendo tratar-se de um instrumento vinculado ao Tribunal de Justiça Desportiva, com competência para julgamento em primeira instância, exclusivamente para essas duas competições. Ressalta, ainda, que os julgamentos em segunda instância são realizados pelo Tribunal de Justiça Desportiva, presidido pelo Excelentíssimo Sr. Delmar. A comissão disciplinar é apresentada com a seguinte composição: presidente Anderson Martins (Fio); membros Alexandre Sell, técnico desportivo; Silvio Rogério Lima, que possui vasta experiência na área esportiva; Alex Martins, que já atuou como membro de comissão disciplinar; Nicolas Emanuel Ouriques de Moraes, estagiário do curso de Educação Física, com bom desempenho e apto a exercer a função; e, por fim, Luis Rodrigo Croda, que já possui experiência em comissões disciplinares. Como secretário, Kevin Moraes Borges; e, como



CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO - LAGES

procurador, Felipe Diego Freitas. Dessa forma, Felipe solicita a aprovação do Conselho para que seja formalizada a constituição da comissão, emitida pelo superintendente da Fundação. Os conselheiros aprovam a portaria sem ressalvas. Lessandro questiona Felipe sobre qual é a maior incidência de infrações, ao que ele responde que se trata de ofensas e desrespeito, acarretando advertência ou suspensão de um a dois jogos. Em seguida, menciona a agressão e compara: a cada cinco ou sete julgamentos por ofensa e desrespeito, um é de agressão ou ameaça. Observa um volume elevado de agressões, o que acarretou nas mudanças no Código de Justiça Desportiva neste ano, com aplicação de penalidades mais severas e previsão de multa, mas reconhece que algumas alterações ainda precisam ser feitas para o próximo ano com relação os processos de “perdão”. Após o assunto discorrido entre os conselheiros, tratou-se da questão do registro das infrações por parte dos árbitros, muitas vezes realizado de forma superficial ou com receio das consequências das queixas. Rafael cita o exemplo da Federação de Handebol, que precisou adotar medidas como o aumento do custo de inscrição e a filmagem de todos os jogos. Tyrone reconhece que a filmagem seria o ideal, porém destaca que os custos seriam elevados para a Fundação. Na continuidade da pauta, Katia relembra aos conselheiros a necessidade de aprovação da ata da reunião anterior, a qual é aprovada sem ressalvas. Sobre o CRED, Lessandro questiona se há diferenças entre o modelo estadual e o municipal. Tyrone responde que existem especificidades no âmbito do município e que, inclusive, na comissão foi discutida a possibilidade de concessão do CRED para projetos de organizações informais, a exemplo do projeto da “Rosinha”, do “Giboia”. Destaca que há muitos projetos que teriam dificuldade em se constituir como OSC, entretanto, para acesso a recursos, é necessária a formalização. Nesse sentido, o certificado serviria para formalizar os projetos junto à Fundação, possibilitando apoio como empréstimo de materiais, cessão de espaços, entre outros. Tyrone solicita aos conselheiros que estudem a Lei do Bolsa Atleta, a fim de verificar a possibilidade de alterações, destacando que este é o momento oportuno. Ressalta que, por se tratar de matéria instituída por lei, eventuais mudanças exigem tramitação com antecedência. Informa que a sugestão da Fundação é reunir a comunidade esportiva para levantamento de propostas. A dotação orçamentária do Bolsa Atleta é de quinhentos mil reais. Felipe acrescenta que, de modo geral, ouve de técnicos e atletas que, embora o número expressivo de cento e cinquenta beneficiados seja positivo, o valor do repasse é considerado baixo. Sugere a criação de duas categorias: uma de base, destinada a atletas em início de trajetória, com valores entre duzentos e trezentos reais, para fomento e estímulo; e outra de rendimento, com valores entre mil e mil e quinhentos reais, visando à retenção dos atletas. Relata-se ser comum o recebimento de informações de associações sobre a perda de atletas em razão do baixo valor do benefício. Propõe-se, ainda, a valorização de atletas de alto rendimento por modalidade, com a criação de bolsas “SUPERIORES”, indicadas pelas próprias associações. Tyrone expõe sua opinião pessoal, destacando que o auxílio aos atletas iniciantes, a exemplo da Handlages, ainda que de pequeno valor, contribui para custear deslocamentos, considerando que muitos não possuem condições financeiras. Luis Augusto complementa com questionamentos sobre os custos de equipamentos esportivos, como tênis adequados para handebol ou atletismo, ressaltando que valores aparentemente baixos fazem diferença significativa na realidade dos atletas. Lessandro apresenta o exemplo de atletas formados ao longo de anos que, ao atingirem bom nível, acabam migrando para outros municípios que oferecem melhores incentivos financeiros, o que demonstra a necessidade de pensar estratégias não apenas de formação, mas também de permanência dos atletas, impactando diretamente nos resultados das competições. Reconhece, ainda, que as associações também podem desenvolver mecanismos próprios de apoio financeiro. Eder



CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO - LAGES

manifesta preocupação quanto à necessidade de critérios bem definidos e justos para concessão das bolsas, evitando distorções entre modalidades e níveis de prática esportiva. Rodrigo destaca que a saída de atletas nem sempre deve ser vista como algo negativo, considerando a busca por crescimento. Sugere a especialização na formação de atletas como estratégia, criando um ciclo contínuo de desenvolvimento. Aponta que, ao longo da formação, o atleta pode vislumbrar benefícios futuros, como bolsas maiores e oportunidades acadêmicas, o que pode incentivá-lo a permanecer no município. Luis Augusto cita o exemplo da Handlages, destacando sua evolução desde a fundação, em 2009, quando havia carência de estrutura, até o cenário atual. Ressalta a importância das parcerias, como a da UNIPLAC, em que o município concede a bolsa e o clube oferece suporte ao atleta. Defende que o trabalho conjunto entre Fundação, OSCs e demais atores pode fortalecer o esporte local e atrair atletas, inclusive de outros municípios. Exemplifica que, se o atleta mora em outra cidade onde a instituição de ensino não possui boa qualidade, mas oferece bolsa, ao tomar conhecimento da Handlages e da bolsa pela UNIPLAC, que é referência, e considerando que o Bolsa Atleta em Lages oferece quinhentos reais, enquanto na cidade de origem oferece seiscentos, o atleta provavelmente levará em conta a vantagem de cursar em uma instituição reconhecida e atuar pela Handlages, em vez de priorizar a diferença de cem reais no valor da bolsa. Dessa forma, é possível promover um melhor equilíbrio e tornar a proposta mais atrativa. Lessandro pondera que a saída de atletas para centros de maior nível competitivo é compreensível, porém a perda para municípios de porte semelhante deve ser analisada e enfrentada. Tyrone compartilha uma discussão sobre a questão da especialização precoce no âmbito do sistema nacional e estadual de esporte, da qual participou em Florianópolis. Relata que alguns estudos apontam que a geração atual não está preocupada exclusivamente com o fator financeiro, mas também busca autoafirmação. Nesse sentido, o fato de um atleta se transferir para outro município pode representar, perante seus colegas, uma forma de reconhecimento, ainda que seja para um município pequeno da região, assim como há diversos atletas interessados em vir para Lages. Rafael argumenta que cada modalidade tem sua particularidade, se pelo Handlages quiser ganhar a OLESC necessita trazer seus atletas que estão jogando fora, mas não consegue. A OSC precisa crescer mais, acrescenta Rodrigo, exemplifica com a comprovação científica que é a importância da progressão esportiva (escada) permitindo que o atleta vislumbre evolução desde as categorias de base até o alto rendimento. Sugere que as associações criem mecanismos para segurar os atletas. Lessandro compartilha a experiência do Lages Futsal, mencionando atletas que retornaram ao município em razão da estrutura oferecida, incluindo moradia, alimentação e bolsa de estudos, evidenciando a importância de um conjunto de incentivos. Tyrone reforça a necessidade de discutir o tema com brevidade, a fim de garantir tempo hábil para eventuais alterações. Ao final, sugere-se provocar o fórum das entidades para aprofundar a discussão e propor melhorias no Bolsa Atleta. Nada mais havendo a tratar, o presidente Rafael Geletina encerra a reunião, e eu, Katia Scós Ferreira, lavro a presente ata.